

Lesados admitem ir a tribunal para salvar o seu dinheiro

Associação dos lesados do Banif nos Açores admite impugnar a resolução que permitiu a venda do banco ao Santander

PAULO FAUSTINO
plausino@acorianoriental.pt

A associação que representa os lesados do antigo Banif nos Açores admite interpor uma ação judicial para impugnar a medida de resolução aplicada ao Banif pelo Banco de Portugal (BDP) e para que seja devolvido o dinheiro que investiram enquanto titulares de obrigações subordinadas.

Ontem, cerca de 30 lesados reuniram em Ponta Delgada com a Miguel Reis & Associados, Sociedade de Advogados, RL., para serem esclarecidos sobre como melhor poderão defender os seus interesses e ficaram a saber que têm até 19 de março para aderirem a uma impugnação coletiva a apresentar no Tribunal Administrativo de Lisboa. Esta opção, porque assente no pressuposto que “a união faz a força”, deverá ser tomada por aquela associação aquando da sua próxima assembleia, a ter lugar na terça-feira, a partir das 20h00, no salão paroquial da Matriz de Vila Franca do Campo. Nessa altura, espera-se que mais de duas centenas de lesados se pronunciem favoravelmente pela interposição de uma ação judicial coletiva no Tribunal Administrativo de Lisboa para tentarem impug-

nar a resolução que permitiu o Santander Totta comprar o antigo Banif por 150 milhões de euros. O processo não será rápido, mas - como frisou Alberto Matheus Vaz, representante da Miguel Reis & Associados - Sociedade de Advogados - mais vale “reagir” a fim de se evitar uma solução para a restituição do seu dinheiro, já que a haver compensação será atribuída pelo tribunal apenas aos que a pedirem, com base no “princípio de pedirito”. “A mensagem que se pretende aqui passar é que existem prazos para as pessoas acatarem os seus direitos e legítimos interesses e existe a possibilidade de impugnar as deliberações do BDP que no fim do resultaram na aplicação da medida de resolução ao Banif. Nessa perspetiva podem recorrer através de ação administrativa”, enfatizou. A empresa veio a São Miguel apresentar os seus serviços e honorários em matéria de Banif, um processo que diz ter sido resolvido “com falta de transparência e equidade”. Alberto Vaz lembrou que a coordenação entre associações de lesados no país traz “valor acrescentado” à sua causa e que a via judicial funciona como fator de “incómodo” e “pressão” para que o próprio Santander Totta apresse a solução para os seus casos. A Miguel Reis & Associados representa aproximadamente cem acionistas e titulares de obrigações subordinadas do Banif que não foram assumidas pelo Santander Totta.

Para Mário Lima, porta-voz da associação regional, a reunião



ALVARO MIRANDA

Cerca de trinta lesados ouviram ontem a Sociedade de Advogados Miguel Reis & Associados sobre o Banif

agendada para a próxima terça-feira em Vila Franca irá definir se os lesados do Banif nos Açores optarão pelos serviços da Miguel Reis & Associados ou se escolherão outro escritório de advogados. “Como sabemos que há prazos legais a cumprir, sabemos que temos de cumprir com esses prazos a fim de vermos os nossos direitos salvaguardados”, salientou para deixar ainda claro que a associação interessa “falar por todos e por todos lutar”. Isto porque a “pressão política e social é maior” e, por outro lado, porque a ação judicial coletiva permite

reduzir custos ao diluí-los por todos os lesados.

O encontro de ontem juntou, em grande parte, titulares de obrigações subordinadas do antigo Banif, ou seja, pessoas que tinham as poupanças de uma vida, nalguns casos de centenas de milhares de euros, e que de um momento para o outro ficaram sem esse dinheiro. A revolta era evidente e não foi escondida por José Patrício, um comerciante de 56 anos que confirmava ter tido um “prejuízo avultado” por ser obrigacionista. Diz que, em 2007, tinha depósitos a

prazo que foram transformados em obrigações sem o seu consentimento claro. Resultado: ficou impedido de movimentar o seu dinheiro. Na verdade, “desde 2010 tentava retirar o meu dinheiro e não conseguia”.

Tem esperança que o Santander honre o compromisso de compensar os clientes que perderam as suas economias, mas - se tiver de ser - não deixará de aderir à impugnação coletiva para recuperar o seu dinheiro.

Recorda-se que o Banco de Portugal garantiu a segurança dos depósitos a prazo no antigo Banif.

MCB

ALUMÍNIOS

... garantimos o que fazemos!

Caixilharias * Portas * Janelas * Persianas, etc. etc.

PARQUE INDUSTRIAL DA RIBEIRA GRANDE

296 477 014

geral@mcb.pt